

# **PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR**

**PORTO SEGURO:  
GOVERNO DO POVO, CIDADE DA GENTE**

***MUDAR É POSSÍVEL!***

**CHICO CANCELA**  
Prefeito

**NEILTON DA CRUZ**  
Co-prefeito

**PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL 50  
ELEIÇÕES 2020 – PORTO SEGURO (BA)**

## DEDICATÓRIA

Dedicamos esta campanha à memória de duas personagens que inspiram a nossa luta e nos motivam a participar destas eleições municipais.

São dois símbolos da resistência à todas as formas de opressão e exploração ao nosso povo.

São duas referências da importância de se rebelar, de se organizar e de enfrentar os poderosos.

São duas vidas que foram brutalmente assassinadas por defenderem os direitos dos pobres, dos excluídos e dos humilhados.

São duas histórias que enlutaram a sociedade e, irrigadas pelo sangue, suor e sonho, se transformaram em semente para florescer mais lutas e esperança.

São marcas e marcos da nossa persistência em romper o silêncio, gritando por justiça, liberdade e direitos.

### **Marielle Franco e Álvaro Henrique, presentes!**

Aqui, nesta cidade que foi o palco das primeiras lutas e guerras de resistência dos povos indígenas, participaremos destas eleições de 2020 levantando seus nomes, suas caras, suas palavras de ordem, suas bandeiras e suas memórias.

Porto Seguro e seu povo merecem viver numa cidade democrática, justa e sustentável. Chega de desigualdade, de extermínio da juventude negra nas periferias, de descaso com a população indígena e de falta de oportunidades para maioria dos moradores.

Marielle e Álvaro, seguiremos na luta!  
Marielle e Álvaro, presentes hoje e sempre!

**Porto Seguro, Primavera de 2020.**

**Chico Cancela & Neilton da Cruz  
PSOL Porto Seguro**

**APRESENTAÇÃO:** Uma alternativa independente, democrática e popular para a cidade.

O Programa de Governo que apresentamos ao povo de Porto Seguro é expressão dos mais de 520 anos de resistência negra, indígena e popular que marcam a história dessa cidade. Ainda que silenciada e excluída, essa história de lutas e conquistas possui longa tradição de enfrentamento às elites conservadoras, à defesa da liberdade e de direito a terra, de construção de melhores condições de vida e de afirmação da esperança por uma sociedade justa, solidária e igualitária. Essa história de resistência se faz presente na atualidade e se materializa no cotidiano da juventude negra das periferias, na vida dos indígenas nas aldeias, na labuta dos trabalhadores e trabalhadoras no campo e no suor de todos e todas que vivem do trabalho no espaço urbano. Por isso, referenciada nessa trajetória de resistência, apresentamos um programa que tem como meta colocar Porto Seguro nas mãos do nosso povo, propondo um governo democrático e popular que assuma a missão de construir uma cidade de direitos.

Esse programa não está fechado. Sabemos que construir uma alternativa política de mudança exige amplo diálogo com o povo e grande esforço de organização e mobilização da sociedade. No entanto, temos a certeza que o caminho escolhido para a formulação desse projeto foi e é o mais adequado e radical. Em primeiro lugar, essa proposta não representa os interesses dos grandes empresários que monopolizam a economia do município e expropriam a riqueza da cidade e exploram e oprimem nosso povo, nem descende dos interesses das famílias-partidos que sugam a esperança da sociedade impondo, a cada nova eleição, parentes para dar ao velho a roupagem do novo. Em segundo lugar, essa versão preliminar do nosso programa foi produzida a partir da contribuição de vários movimentos sociais, entidades e instituições da sociedade civil, lideranças comunitárias, profissionais liberais, ativistas culturais, socioambientais, intelectuais e juventude que, envolvidos no esforço coletivo de analisar a cidade que temos, projetaram a cidade que queremos, protagonizando um movimento de ampla, profunda e propositiva discussão sobre o presente e o futuro de nosso município. Nesse sentido, temos a certeza de que esse programa pode, de fato, ser chamado de novo e

necessário, pois traduz, de forma muito objetiva, o anseio de todo o povo de construir outra forma de fazer política e de agir com independência e democracia frente aos graves problemas existentes em Porto Seguro.

Optamos por apresentar um programa diferente, pois não possuímos a intensão de recopilar as velhas práticas da demagogia, do oportunismo e do clientelismo. Aqui não há mentiras, nem propostas descabidas. Não propomos obras monumentais, nem grandes eventos desnecessários. Não enganamos o povo com projetos eleitoreiros, nem omitimos as verdadeiras causas dos problemas da cidade. A diferença desse programa está em apresentar Princípios Políticos que orientam nosso jeito de pensar e fazer política, confirmando, desta forma, o desejo de inverter as prioridades, de envolver a população nas decisões políticas, de superar as segregações sociais e espaciais existentes e de transformar Porto Seguro numa cidade de direitos para todos. Ao mesmo tempo, nos diferenciamos por trazer Eixos Programáticos que materializam um conjunto de políticas públicas capazes de mudar, de fato, a vida do nosso povo, pois se referencia na sua história de resistência, nas demandas reais de cada segmento e território, nos problemas estruturais da cidade e na força transformadora de nossa gente.

## **PRINCÍPIOS PROGRAMÁTICOS**

Iniciamos nosso Programa de Governo com a apresentação de princípios políticos. É importante que fique claro para a população que as propostas que levantamos nesse documento não serão implantadas sem o compromisso de mudanças profundas na forma de praticar a política e de gestar a prefeitura. Por isso, definimos cinco princípios que norteiam transversalmente todo programa e lançam um convite à (re)construção de outra cidade.

### ***Luta contra as desigualdades sociais de classes***

Na sociedade capitalista, a cidade está a serviço o mercado. As pessoas, as culturas e os valores humanos são desprezados frente à ambição pelo lucro, esvaziando o sentido da dignidade da vida. A especulação imobiliária, a competitividade do mundo do trabalho, a corrida pela concentração fundiária e a ofensiva do capital financeiro no endividamento do trabalhador contaminam a dinâmica das cidades, resultando em muitas exclusões, explorações e opressões para a maioria da população cidadina. Esse modelo de cidade-negócio destrói a sociedade, amplia a violência e causa muita dor e sofrimento ao povo. Ao assumir a atualidade e a importância do Programa Democrático e Popular, confirmamos nosso intuito de lutar, incondicionalmente, contra as desigualdades sociais, buscando, por meio de políticas públicas e da organização e da mobilização popular, caminhos para a construção de um novo modelo de cidade assentada na valorização das pessoas, das culturas e dos direitos.

### ***Pagamento da histórica dívida social da cidade com seu povo***

Porto Seguro é hoje uma cidade marcada pela desigualdade. De um lado, temos a cidade feita para o turista, organizada, bonita e de atrações, e, de outro, temos a cidade vivida pelos moradores, violenta, caótica e de exclusão. O *marketing* produzido pelos últimos governos esconde os números que revelam a cidade real enfrentada pela maior parte de nosso povo: 52% da população local abaixo da linha de pobreza; a cidade é a 4º mais violenta para

a juventude negra no Brasil (segundo os últimos levantamentos); a população indígena vive com uma renda per capita de apenas R\$ 220,00 por mês; as mulheres da cidade sofrem com a terceira maior incidência de estupro do país. Os últimos governos também têm desprezado a história e a cultura de nosso povo, excluindo da cidade a memória local e desprestigiando as entidades, as manifestações e os personagens que retratam a cara do povo porto-segurense. Essa é a histórica dívida social que os últimos governos deixaram de herança. Por isso, assumimos o compromisso de iniciar o pagamento dessa dívida, invertendo as prioridades governamentais e valorizando a história e a cultura de nosso povo.

### ***Participação e protagonismo popular***

Na história de Porto Seguro, uma longa tradição de exclusão do povo das decisões políticas tem potencializado a reprodução de administrações públicas autoritárias e antidemocráticas. Ao longo desses anos, por exemplo, nenhuma obra no município foi aprovada por meio da consulta popular. Nenhum investimento em equipamentos ou serviços públicos foi resultado da escuta direta da população. De um modo geral, as principais ações e projetos dos últimos governos foram realizados de acordo com as conveniências político-eleitorais dos gestores e dos interesses empresariais daqueles que financiaram suas campanhas. Para superar essa triste tradição, acreditamos ser preciso reconhecer que nenhuma mudança efetiva acontecerá sem o empoderamento da maioria da população sobre os destinos da cidade. A participação e o protagonismo popular representam o mais poderoso recurso para radicalizar a democracia na gestão pública municipal, garantindo a inversão das prioridades da ação governamental e o acesso do povo aos serviços e aos equipamentos públicos essenciais.

### ***Direito à cidade***

Em Porto Seguro, pelo descaso dos últimos governos, a população se encontra usurpada de um direito fundamental: o direito à cidade. De forma irresponsável, o poder público local se eximiu de criar equipamentos públicos de

sociabilidade, como praças, ginásios esportivos e parques municipais, que assegurassem o direito à qualidade de vida; se omitiu na formulação de uma política de mobilidade urbana, com um democrático e diversificado Plano Municipal de Transportes, que assegurasse o livre direito de ir e vir; se esquivou do compromisso de ordenar e regulamentar o espaço urbano, com um novo plano diretor, que assegurasse o direito à moradia, acessibilidade e saneamento; e, também, se furtou da responsabilidade de implantar políticas e serviços públicos que atendam a real necessidade do nosso povo. Essa situação tem nos colocado na defesa incondicional do direito à cidade, confirmando nossa intenção de transformar Porto Seguro numa cidade organizada a partir do interesse público, movida pelo desejo dos seus moradores e dinamizada pelo respeito e promoção da sua rica e diversificada cultura.

### ***Ecossocialismo***

A cidade capitalista não se preocupa com a gestão sustentável dos recursos naturais, disponíveis para a vida humana. A ambição pelo lucro e a corrida pela exploração dos bens primários engendram, a um só tempo, uma violenta destruição do meio ambiente e uma abissal desigualdade social. Essa cidade que só se importa com o mercado, despreza as pessoas e a natureza. Tal realidade também se faz presente em Porto Seguro, onde o crescimento desordenado, a especulação imobiliária e a ausência de políticas ambientais efetivas produziram um quadro de crise hídrica, de poluição das praias e rios, de baixo índice de arborização da cidade e de um modelo de desenvolvimento predatório e excludente. É preciso pensar outro modelo de cidade que combata esses valores e o modo de vida do capitalismo selvagem. Por isso, nos posicionamos como anticapitalistas e reivindicamos o ecossocialismo. É necessário priorizar medidas que assegurem a gestão dos recursos naturais de forma equilibrada, ética, justa e consciente, reconhecendo o caráter finito dos bens naturais e a responsabilidade do poder público na preservação das condições dignas de vida para as sociedades do presente e do futuro.

## **EIXOS PROGRAMÁTICOS**

Registramos, aqui, as propostas gerais para efetuar as transformações necessárias para a cidade. Temos certeza de que não listamos tudo o que pode ser feito, nem apresentamos todos os anseios da população, mas buscamos apontar os principais problemas e indicar caminhos para sua superação, sempre nos orientando pela democracia, transparência e defesa dos direitos individuais e sociais. São três eixos programáticos que fornecem uma visão global da cidade, articulando aspectos da gestão pública, da cidadania, da sustentabilidade e da economia.

### **I – Gestão, Democracia e Transparência**

#### ***- Democracia direta: construir um governo do povo***

Um dos princípios do nosso programa é a ampliação da participação popular na definição dos destinos da cidade. A criação de mecanismos de controle da gestão pública e a radicalização da democracia direta é um dos desafios para a construção da Cidade de Direitos que queremos. É preciso superar a longa tradição de autoritarismo e a falta de democracia que dominam a gestão da Prefeitura de Porto Seguro. Sem o envolvimento do povo nos processos decisórios, o governo perde sua legitimidade e não consegue governar para atender às demandas reais da população. Por isso, propomos medidas que farão do nosso governo um verdadeiro governo do povo.

- Orçamento Participativo: implantar o orçamento participativo na cidade, envolvendo, por meio de grandes assembleias nos bairros, a população na definição das prioridades na composição do orçamento municipal;
- Congresso da cidade: criar um grande espaço de reflexão e planejamento estratégico da cidade, com profunda participação popular, articulando conhecimentos técnicos, tecnologias sociais e saberes tradicionais, para pensar a cidade a curto, médio e longo prazos;



- Gabinete de rua: instituir um canal de comunicação direta entre a população e a gestão pública central (prefeito e secretários), através da realização mensal de audiências públicas nos bairros;
- Consultas e plebiscitos: instituir instrumentos de consulta popular para a definição de temas e medidas de interesse da população.

**- Democracia digital: tecnologia a serviço da democracia e transparência**

O avanço tecnológico pode ser um grande aliado da democracia. A rede mundial de computadores e a informatização dos processos administrativos são instrumentos que auxiliam na disseminação dos direitos, na organização popular, na socialização da informação, na qualificação dos serviços e na simplificação dos procedimentos burocráticos. Sendo assim, desejamos colocar a tecnologia a serviço do exercício do poder democrático e da transparência, fazendo que a Cidade de Direitos seja acessada de forma simples, rápida e interativa por um número cada vez maior de cidadãos.

- Direito de acesso à internet: criar pontos de acesso gratuito a internet na cidade, especialmente em praças e parques municipais;
- Criação de espaços comunitários de uso de equipamentos que possibilitem o acesso à tecnologia pela população.
- Informatização dos serviços: revisar os *softwares* utilizados na máquina pública, ampliar a informatização dos serviços de marcação, tributação, patrimonialização e criar aplicativos abertos para os cidadãos interagirem com os órgãos da administração pública.

**- Transparência e combate à corrupção: ampliar o controle social sobre a cidade**

A corrupção é um dos principais problemas políticos de nossa cidade. Nos últimos anos, Porto Seguro tem convivido com inúmeros escândalos que corroem a ética política e o patrimônio do nosso povo. A lista não é pequena: prefeito afastado por corrupção, contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas dos

Municípios, multas sucessivas aos gestores municipais, constantes denúncias de fraudes em licitações e muito dinheiro público desviado dos cofres municipais. Os principais grupos políticos locais já não conseguem esconder da população seu envolvimento em casos de corrupção no passado ou no presente. Eles se reproduzem no poder fazendo vistas grossas aos processos de corrupção, deixando nosso povo pagar pelos desvios e roubos por meio da falta de serviços e equipamentos públicos, como escolas, médicos, praças e creches. Chegou a hora de darmos um basta à corrupção. Sabemos que não é uma tarefa fácil, mas com coragem e coerência é possível enfrentar essa praga.

- Comitê Cidadão de Fiscalização: criar e apoiar a iniciativa popular de controle e fiscalização da gestão pública;
- Prestações de contas públicas: valorizar o princípio constitucional da publicidade, apresentando à população prestações de contas anuais do governo, com transparência e linguagem acessível;
- Auditoria das contas públicas: investigar os últimos três mandatos do executivo, por meio de auditoria externa, apurando os verdadeiros rombos realizados e encaminhando para a justiça possíveis indícios reais de fraude ou desvio de recursos;
- Auditar a dívida pública do município: analisar a legalidade dos empréstimos contraídos e examinar o impacto de médio e longo prazo dos contratos e convênios estipulados para sua consolidação, bem como a evolução dos desembolsos para o serviço da dívida
- Passando os Contratos a Limpo: revisar todos os contratos, concessões e licitações de serviços públicos, especialmente, do transporte, da coleta de lixo e dos alugueis de prédios públicos;
- Reformulação dos Conselhos Municipais e Locais: garantir maior autonomia e poder de fiscalização, sem manipulação e perseguição aos agentes públicos;
- Ouvidorias Municipais: criar em todas as secretarias um serviço permanente de ouvidoria para recebimento de denúncias de fraudes, corrupção e desvios por parte da população, de forma anônima e segura.

### **- Descentralização da administração: enraizar a gestão nos territórios**

Porto Seguro é um município bastante extenso. O seu território é quase três vezes maior do que o da capital baiana. Os distritos e povoados convivem com difíceis condições de transporte e comunicação que influenciam na oferta dos serviços públicos essenciais, na gestão pública nos territórios e na administração geral do patrimônio municipal. Com essas características, não é possível garantir a diminuição das desigualdades sociais e espaciais existentes, sem propor medidas de descentralização da administração pública, viabilizando o enraizamento da gestão em cada território da cidade.

- Subprefeituras: descentralizar o acesso aos serviços públicos, com a criação de três subprefeituras (Arraial, Trancoso, Frei Calixto e Vera Cruz);
- Conselhos Municipais Distritais: reformular os conselhos municipais para que cada um tenha um núcleo nos diferentes bairros, distritos e povoados.

### **- Democratização da comunicação: garantir o direito à informação**

Não existe uma cidade democrática com monopólio e manipulação da informação. Infelizmente, a comunicação em Porto Seguro é dominada pelos grandes grupos políticos e econômicos, impedindo a livre e irrestrita circulação da informação. Dessa forma, faz-se preciso enfrentar essa lamentável situação com a afirmação do direito constitucional à informação e com a defesa da necessidade de democratização dos veículos de comunicação.

- Rede Municipal de Comunicação Comunitária: criar medidas que fomentem a instalação de rádios comunitárias, escolares e populares, bem como com a promoção de jornais virtuais temáticos, garantindo aos munícipes a assistência técnica e formação profissional;
- Conselho Municipal de Comunicação Social: criar conselho para formular política pública de comunicação no município;
- Cotas para Mulheres, Negros e Indígenas: assegurar na propaganda oficial da Prefeitura cota de 50% para as mulheres e 30% para negros e índios;
- Portal da Transparência Total: criar um espaço virtual de divulgação da atuação da gestão pública, garantindo acesso universal às informações

orçamentárias do município, maior publicidade para editais, leilões e outras formas de contratação, com transmissão ao vivo, via internet, dos ritos de abertura de envelopes e homologação de contratos, bem como a disponibilização dos contratos, concessões e leis.

**- *Funcionalismo Público: garantir direitos e fortalecer os serviços públicos***

Os servidores municipais são a alma da administração pública. Eles são os responsáveis não só pelo funcionamento da máquina administrativa, mas, também, e, principalmente, pela implantação direta das políticas públicas na cidade. São eles que, nas diferentes áreas de atuação, representam o poder público local ao realizar o atendimento direto da população, prestando um serviço fundamental aos cidadãos do município. Por isso, existe uma relação direta entre as condições de trabalho dos funcionários públicos e a qualidade dos serviços públicos existentes na cidade. Contraditoriamente, a atual gestão, seguindo os passos dos governos anteriores, vem promovendo um verdadeiro desmonte do funcionalismo público, com a relativa estagnação do número de servidores efetivos (2011: 2.933 / 2016: 3.011), o aumento assustador da contratação de cargos comissionados (2011: 117 / 2016: 474), a insistente autorização de desvio de função e a precarização das relações de trabalho e dos serviços por meio do excesso de contratados temporários (2011: 311 / 2016: 1.724). O nosso programa de governo reconhece a importância dos servidores municipais e atuará na valorização dos funcionários públicos enquanto mecanismo de viabilização da Cidade de Direito que desejamos.

- Plano de Carreira Unificado: iniciar a discussão de um plano unificado para os servidores que assegure os direitos trabalhistas e incentive a estabilidade no serviço, promova a ascensão profissional, estimule a formação continuada e viabilize a qualificação da prestação dos serviços públicos;
- Valorização do Serviço Público: realizar Auditoria dos Servidores Municipais e Concurso Público para preenchimento das vagas existentes, com vista a garantir a estabilidade, a qualidade e a expansão dos serviços públicos;

- Racionalização da Máquina Administrativa: reduzir os cargos de confiança e os cargos comissionados, combater os privilégios e os benefícios do alto escalão;
- Combate ao Assédio Moral: combater as diversas formas de assédio moral que tem aumentado na administração municipal por meio da fiscalização e da criação de uma Ouvidoria Pública sobre as condições de trabalho dos servidores;
- Capacitação do Trabalhador: elaborar um programa permanente de capacitação e atualização dos servidores municipais, com vista a melhorar a qualidade dos serviços prestados;
- Garantia dos Direitos Trabalhistas: enfrentar os ataques da PLP 257, propondo a criação de espaços de discussão sobre a retirada de direitos existentes por essa medida que tramita no Congresso Nacional.

## **II – Direitos e Cidadania**

### **- Educação: fortalecer o direito à cidadania**

Porto Seguro merece uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade voltada para os interesses da população. Possuímos um quadro docente qualificado e engajado na luta pela educação, que tem se esforçado diariamente para ofertar um bom serviço para os filhos da classe trabalhadora da cidade. Mas, lamentavelmente, a atual gestão tem sucateado o sistema educacional municipal, com o escasso investimento na reforma e na manutenção dos prédios, o descaso frente às condições de trabalho dos docentes, a inércia diante da crescente violência dentro das escolas, frouxidão diante das ofensivas conservadoras na política curricular e na ausência de planejamento para construção de novos prédios e contratação de profissionais via concurso público. Chegamos ao absurdo de uma escola funcionar em quatro turnos para viabilizar o atendimento precário, ineficaz e subumano, universal aos estudantes, como acontece no bairro Paraguai. É preciso considerar a política pública de educação como um dos mais importantes instrumentos de enfrentamento da injustiça social e um veículo privilegiado da construção da cidadania. Por isso, apresentamos rigor na defesa da gestão pública, participativa e descentralizada da política educacional, e zelo na percepção da educação enquanto direito fundamental de todo cidadão.

- **Mais Verba para Educação:** destinar, no mínimo, 30% das verbas municipais para a Educação, com total descentralização dos recursos para a secretaria municipal de educação;
- **Gestão Democrática e Participativa:** fortalecer a gestão democrática das escolas, com eleição direta para diretores/as e conselheiros/as;
- **Projeto Pedagógico Crítico e Emancipatório:** estimular a discussão e definição de um projeto político pedagógico crítico e emancipatório, em cada escola, que culmine em um Congresso Municipal da Educação para definição das diretrizes pedagógicas e das políticas públicas municipais;
- **Valorização dos Funcionários e Profissionais da Educação:** respeitar e promover o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Unificado;

- Lutar pelo Precatório do FUNDEF e garantir que o recuso seja destinado, no mínimo, 60%, para professores/as e a outra parte aplicada na Educação, incluindo o Grupo Ocupacional;
- Plano de Implantação de Educação em Período Integral: ampliar as experiências, especialmente nas áreas periféricas, de educação em tempo integral nas escolas;
- Plano Municipal de Creches: criar um planejamento que atenda à demanda de instalação de creches, com funcionamento em período integral e em 12 meses por ano;
- Reserva Técnica Já: garantir a imediata implantação da lei federal 11.738/08, que reserva 1/3 da jornada dos professores para planejamento e estudos em toda rede municipal;
- Promover Ações Inter Setoriais: articular as políticas de saúde, assistência, esporte e cultura com a política de educação, transformando as escolas em pontos de referência nas comunidades;
- Reforma e de Construção de Novas Unidades Escolares: realizar um amplo programa de reforma das unidades escolares e construir novas unidades
- Programa de Inclusão Digital: garantir que todas as unidades escolares se transformem em um ponto de inclusão digital, com laboratórios de informática, internet de qualidade e incubadora comunitária
- Programa de Valorização do Professor: estimular a sistematização e a disseminação de boas práticas de ensino e aprendizagem;
- Mais Trabalhadores para a Educação: realizar auditoria dos funcionários da educação e concurso público para contratação de mais trabalhadores;
- Escola Aberta e Comunitária: estimular o convívio diferenciado da escola com a comunidade, transformando a unidade escolar num patrimônio do bairro e em ponto de cultura, esporte e lazer;
- Implantar Política de Formação Permanente para Servidor/a da Educação.

**- Cultura: valorizar nossa história, fortalecer nossas potencialidades**

Porto Seguro é uma cidade-patrimônio. Não é a força da lei que diz isso; é a riqueza da cultura e da história do nosso povo que revela. Aqui, arquitetura, paisagens, cantos, ofícios, comidas, danças e outras tantas manifestações, expressam a diversidade e a grandeza do patrimônio cultural porto-segurense. Nas ruas, praças, bairros, aldeias e campos, uma variedade de artistas, entidades, movimentos e grupos produzem diferentes modalidades de cultura, com variadas linguagens, múltiplas dimensões e diversas expressões. No entanto, o poder público municipal não valoriza, nem fomenta a cultura na cidade. A atual gestão representou um verdadeiro retrocesso na política cultural municipal, pois extinguiu a Secretaria de Cultura, reduziu a política de fomento ao investimento em grandes eventos, desprezou a cultura popular local e abandonou os equipamentos públicos existentes. É necessário retomar a cultura enquanto um direito essencial para a vida. Deve-se instrumentalizar a cultura para diminuir as desigualdades sociais, gerar trabalho e renda, fortalecer as identidades do povo e promover a cidadania.

- Secretaria de Cultura: retomar a existência da secretaria municipal específica para a área cultural, destacando seu valor e importância para construir uma cidade de direitos;
- Mais Recurso para Cultura: investir 1% da arrecadação municipal na cultura, garantindo o efetivo funcionamento do Fundo Municipal de Cultura para descentralizar, por meio de editais públicos, os recursos para o fomento e para a agenda cultural;
- Inventário Cultural Municipal: realizar o censo da cultura da cidade, identificando agentes, movimentos e entidades culturais para melhor planejar e executar a política pública de cultura;
- Territórios de identidade no Município: criar uma política de territorialização da cultura, valorizando a diversidade de cada bairro, distrito e lugar da cidade, assegurando a formulação e a execução das ações culturais a partir das especificidades de cada território;
- Sistema Municipal de Bibliotecas: criar um sistema público de bibliotecas, buscando parcerias com a Fundação Pedro Calmon e com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;



- Escritório Municipal de Projetos Culturais: criar um órgão técnico que atue na formação cultural e na captação de recursos, não apenas para o município, mas para toda a rede de agentes culturais da cidade, garantindo a qualificação, o assessoramento e o acompanhamento dos trabalhadores da cultura;
- Política Municipal de Museus: criar um sistema municipal que assegure a reestruturação e manutenção dos equipamentos existentes e a criação e o fomento ao Museu da Cultura Popular de Porto Seguro e Museu Indígena de Porto Seguro;
- Memorial da história do município: Museu Edmundo Xará – recontar a história da cidade a partir de seus moradores, valorizando o protagonismo dos nossos principais personagens históricos.
- Festival de Arte, Música e Tecnologia: Evento público e gratuito anual amplamente divulgado voltado para a promoção dos atores sociais locais, que produzem arte e cultura.
- Política Municipal de Arquivo: cumprir a legislação (Lei de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e a Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) que obriga os municípios a criarem um arquivo municipal, para garantir a preservação da memória e a transparência na administração pública;
- Política Municipal de Patrimônio Cultural: instituir uma superintendência de patrimônio que realize estudos sobre o capital cultural do município, produza inventários do patrimônio local, promova a conservação e preservação dos bens culturais, estabeleça critérios municipais de patrimonialização e institua medidas de valorização e de disseminação da cultura material e imaterial;
- Corredores Culturais: implantar corredores culturais na cidade, transformando áreas como a Rua Marechal Deodoro, o Centro Histórico, a Praça da Igreja d’Ajuda, o Quadrado de Trancoso e outras tantas áreas em espaços de fomento, agitação, comercialização e preservação cultural.

**- Saúde: garantir o direito à vida com dignidade**

Há muitos problemas em nossa cidade, mas nenhum é mais sensível, e às vezes, dramático que a saúde. Para transformar Porto Seguro numa cidade de Direitos é preciso priorizar a atenção básica, fortalecer os servidores da saúde e ampliar o acesso e a qualidade do cuidado em saúde. Num contexto de ampliação dos repasses financeiros do governo federal para o Fundo Municipal de Saúde e de constante ampliação da arrecadação municipal, contraditoriamente o cenário que se instala é de retração do Sistema Único de Saúde. Exemplo disso é que em quatro anos do atual governo, a cobertura da atenção básica não acompanhou o crescimento de nossa cidade e pior, a cobertura em 2013 que era 91,73% caiu hoje para 85,4%. O número de equipes de saúde da família está estagnado, somado a estratégia de atração e fixação de médicos, de profissionais concursados e de medicamentos nos postos de saúde. Com isso, fica evidente que o problema da saúde pública em Porto Seguro não é orçamentário, mas sim político, exigindo uma nova concepção de gestão e inversão de prioridades na perspectiva da afirmação do SUS como modelo democrático e qualificado para a saúde pública. Nada adianta ampliar a rede de serviços de saúde, se não vier acompanhado de inteligência coletiva e de gestão e investimento nos trabalhadores de saúde, de forma a garantir mais cuidados à população de Porto Seguro.

- Qualificação da Estratégia Saúde da Família: Ampliar o número de equipes de saúde da família nas regiões de maior adensamento populacional de Porto Seguro, reduzindo o número de pessoas assistidas por equipe, qualificando o cuidado, além de aumentar a carteira de serviços de cada posto de saúde, reduzindo o número de encaminhamentos desnecessários para especialistas focais, UPA's e hospitais
- Posto de Saúde Rural Específico e Diferenciado: alterar o regime de funcionamento dos postos da zona rural, garantindo atendimento conforme a dinâmica cultural e laboral de cada comunidade e respeitando as especificidades da situação de saúde de cada população
- Criação do Posto de Saúde dos Pescadores e Marisqueiras - Específico e Diferenciado: com regime de funcionamento adequado a dinâmica social e laboral da comunidade, garantindo atendimento e respeitando as especificidades da situação de saúde desta população

- Revisão do Sistema de Marcação de Consulta e Exames: garantir maior transparência, rapidez e eficiência, com total informatização do sistema, regularização do regime de trabalho das equipes e qualificação dos servidores da marcação
- Plano de Carreira Unificado: nenhum outro investimento, que não seja nos trabalhadores da saúde, será capaz de gerar mudanças. Melhores prédios e equipamentos, mais remédios e mais exames só são capazes de causar impacto se bem utilizados por gente preparada técnica e humanamente, comprometida com a sociedade e assistida em condições de trabalho, salário e educação permanente. Iniciar a discussão sobre a criação de um plano para os trabalhadores da saúde, garantindo os direitos de cada categoria, valorizando a qualificação profissional, incentivando a progressão de carreira e implementando da jornada de 30 horas.
- Concurso Público: realizar contratação de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, nutricionistas, farmacêuticos, assistentes sociais, psicólogos, odontólogos e agentes comunitários por meio de concurso público;
- Programa Agente Seguro: garantir aos agentes comunitários equipamentos e serviços essenciais para a realização de seu trabalho com qualidade, bem como para sua segurança e proteção individual
- Ampliar o diálogo com o Hospital Estadual Luis Eduardo Magalhães: reforçar o debate público sobre a gestão plena pelo município, com metas qualitativas de cuidado, por exemplo, garantir a humanização da assistência ao nascimento e parto
- Integrar programas: Integração dos programas de saúde da mulher, da criança, saúde bucal, saúde mental e saúde da família, com ênfase na prevenção. A saúde não pode ser vista como prédios e equipamentos, mas como uma política que atua principalmente para prevenir doenças. É preciso integrar todas as ações e não dividir em blocos o atendimento em saúde.
- Lei das Doulas: propor junto aos vereadores, a garantia da presença das doulas, profissionais, responsáveis pelo conforto físico e emocional da parturiente durante o pré-parto, nascimento e pós-parto
- Fortalecer o diálogo com a UFSB e demais instituições de ensino: garantir que a rede municipal de saúde seja também de ensino, dando aos

futuros profissionais de saúde condições de ter uma formação voltada para as necessidades de saúde da população.

- Fortalecer o Conselho e a Conferência Municipal de Saúde: visando o planejamento do sistema de saúde que deve vigorar nos próximos anos e atuação pró-ativa do controle social na qualificação do SUS em Porto Seguro;
- Fortalecimento e Qualificação da Atenção Primária: ampliar as equipes de agentes de saúde, construir mais postos de saúde, contratar mais médicos e criar um plano de carreira para os trabalhadores de saúde;
- Clínicas das Famílias (Baianão, Arraial e Itaporanga): construir clínicas para atendimento de especialidades como pediatria, geriatria, ginecologia, entre outras;
- Casa de Parto Mariinha Lage: construir uma maternidade na cidade, apresentar a lei das doulas e implantar programa de formação médica para garantir parto humanizado;
- Fortalecimento do Conselho de Saúde: fortalecer e empoderar o Conselho de Saúde, com ampliação da presença da sociedade civil, aumento do controle social e impedimento da gestão controlar os cargos de direção;
- Plano Emergencial COVID-19: implantar um plano de combate a pandemia com testagem em massa, monitoramento territorial, campanha educacional e barreiras sanitárias.

#### ***- Esporte e lazer: assegurar o direito à qualidade de vida***

Uma cidade que se preocupa com as pessoas precisa ter política municipal de esporte e lazer. A prática esportiva promove a integração social, assegura a sociabilidade entre os indivíduos e permite o exercício da cidadania. O esporte também auxilia no desenvolvimento integral dos cidadãos, estimulando a autoconfiança, trazendo auto-estima, criando hábitos saudáveis de vida e incentivando o respeito à diferença. E, numa cidade com grandes desigualdades como Porto Seguro, as políticas públicas de esporte e lazer podem contribuir para a diminuição das injustiças, abrindo novas possibilidades e oportunidades para a juventude. A atual gestão manteve a lógica de

descontinuidade, amadorismo e privatização da política de esporte e lazer. É inadmissível uma cidade do porte de Porto Seguro não possuir um ginásio de esporte, não ter uma escola náutica e não elaborar um calendário fixo de eventos esportivos. Outra cidade é possível e necessária, com esporte e lazer para garantir o direito a uma vida digna e saudável.

- Rede de Equipamentos e Unidades de Esporte e Lazer: discutir, democraticamente, e fomentar a construção de Ginásio de Esportes, Rede Cicloviária, Complexo Desportivo da Orla e Campo de MTB;
- Revisão do Plano Municipal de Esportes: rediscutir o financiamento do Fundo Municipal e redimensionar a política pública para atender também às demandas sociais da cidade;
- Programa Jovem Campeão: criar política de apoio, por meio de bolsa e seleção pública, para atletas e para-atletas que apresentam grande potencial de competição;
- Programa Esporte Forte nas Escolas: investir na melhoria dos espaços esportivos escolares, redimensionar a presença curricular das práticas esportivas, realizar concurso para profissionais da educação física, promover atividades no contra-turno e durante o ano inteiro;
- Calendário de Eventos Esportivos: criar, em diálogo com movimentos esportivos, entidades de esportes e a iniciativa privada, um calendário anual, valorizando, especialmente, os Jogos Estudantis, os Jogos Indígenas, as Corridas, as Copas de Lutas Marciais, as Maratonas, as Competições Náuticas e demais eventos.

**- Assistência Social: promover direitos, fortalecer a cidadania**

A cidade que queremos é uma cidade que promove os direitos humanos. Atualmente, Porto Seguro convive com situações de risco, vulnerabilidade e desigualdades sociais que se expressam no cotidiano de centenas de pessoas e de seus territórios, tais como os altos índices de pobreza, o extenso déficit habitacional, a crescente população em situação de rua, os constantes casos de violência sexual, a grande desigualdade social espacial, e os muitos casos de adolescentes em conflito com a lei. Desde 2004, o município tem implantado

a Política Nacional de Assistência Social, atuando na proteção dos direitos sociais e na implantação de benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, contando hoje com 5 CRAS, 1 CREAS e 1 CENTRO POP, que garantem a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média Complexidade. Ainda assim, a política municipal de Assistência Social enfrenta grandes problemas na cidade, sendo a falta de quadro técnico efetivo o maior deles. Sem concurso para a área desde 2006, a expansão dos serviços tem sido realizada a partir da descontinuidade das equipes de trabalho, da instabilidade do serviço prestado e da precarização das relações de trabalho. Apenas para citar um exemplo, no CRAS de Vera Cruz nenhum membro da equipe técnica é funcionário de carreira. Para além do fortalecimento dos serviços através de concurso público, é preciso também alterar o sentido mais geral da política prestada no município, saindo da defensiva para a ofensiva no que tange à efetiva promoção dos direitos humanos, construindo, assim, a Cidade de Direito que queremos.

- Ampliar, equipar e reestruturar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): fortalecer os serviços de proteção básica com maior cobertura em todo município
- Concurso Público: ampliar o quadro efetivo para garantir estabilidade e continuidade dos serviços;
- Melhor Idade com Dignidade: criar Centro Dia do Idoso com o objetivo oferecer serviço especializado aos idosos em situação de risco pessoal e social e direitos violados;
- Renda Mínima Cidadã: criar um programa para combater a pobreza e a desigualdade de renda na cidade, beneficiando com R\$ 300 mensais 21 mil famílias que vivem com meio salário mínimo;
- Restaurante Popular no Baianão: criar restaurante popular, com oferta de refeição diária a preço popular, garantindo segurança alimentar à população necessitada.

**- Infância e Juventude: garantir o direito a um presente digno e feliz**

A maior parte das crianças, adolescentes e jovens de Porto Seguro vive hoje uma situação de risco e de vulnerabilidade social. A ausência de políticas públicas efetivas, somada à presença ostensiva do narcotráfico em certas regiões da cidade, tem contribuído para um presente de exclusão, violação de direitos e extermínio. Porto Seguro é a terceira cidade mais violenta para jovens negros no Brasil. Apresenta, também, altos índices de violência sexual de crianças e adolescentes e temos, ainda, uma taxa de mortalidade infantil relativamente alta na população indígena. Diante disso, é preciso garantir os direitos da infância e da juventude, assegurando o protagonismo das crianças e jovens na formulação de políticas públicas, priorizando a rede de proteção integral que tem o papel de atuar na prevenção e fortalecendo o trabalho intersetorial que valorize a educação, a cultura e a saúde como áreas essenciais para o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.

- Criação do cursinho popular municipal pré-Enem : a juventude da região precisa alcançar as condições necessárias para acessar o ensino superior
- Mapa da Infância e da Juventude: promover levantamento que permita um diagnóstico da condição da criança e do jovem, com o objetivo de servir de subsídio à elaboração das políticas públicas;
- Plano de Implantação de Creche: viabilizar a imediata instalação de creches em todos os territórios do município;
- Programa Juventude de Paz: desenvolver atividades itinerantes nos bairros, envolvendo escolas, postos de saúde e entidades da sociedade civil, que promovam a prevenção, cultivem cultura de paz e desenvolvam ações de esporte, lazer e cultura;
- Reestruturação do Serviço de Acolhimento Institucional;
- Fortalecer o Conselho Tutelar: aumentar as equipes, equipar os conselhos e qualificar os conselheiros;
- Programa Jovem Trabalhador: discutir a criação de uma política de incentivo fiscal para as empresas que priorizarem a contratação, com todos os direitos trabalhistas assegurados, de 40% de jovens de seu quadro de funcionários;
- Programa Passe Livre estudantil para todos os estudantes do município

- Capacitação técnica e científica para a jovens através da criação de Fab-Labs e Start-ups que atuem nas periferias e no campo
- CampusPorto: Espaço de desenvolvimento de tecnologias voltadas para desenvolvimento de jogos e plataformas interativas para games e streaming. Fomentar a tecnologia e o raciocínio computacional desde a infância até a formação do jovem adulto.
- Festival da Juventude: realizar evento anual de culturas juvenis, com diversas expressões, linguagens e modalidades.

**- Mulheres: garantir o direito à igualdade de gênero**

Porto Seguro é uma cidade das mulheres. Mais da metade da nossa população é feminina e 40% das famílias do município é chefiada por mulheres. Ainda assim, uma profunda segregação social e desigualdade de gênero marcam a vida dessas mulheres na cidade. Cotidianamente, as mulheres sofrem com assédio, insegurança, opressão e exploração, compondo um quadro de exclusões, violências e violações de direitos. O atual governo municipal, embora seja administrado por uma mulher, tem negligenciado o investimento prioritário de recursos em políticas públicas para as mulheres. Porto Seguro está, por exemplo, em 4º lugar na lista de casos de estupros na Bahia, além de apresentar altos índices de violência doméstica na região. Uma cidade de direitos precisa afirmar seu compromisso de combater as desigualdades de gênero, o machismo e a misoginia.

- Humanização dos Serviços e Profissionais da Saúde: estabelecer instruções normativas que regulamentem medidas de atenção especial à saúde da mulher e campanhas educativas e formativas para as equipes de saúde, especialmente, na área de ginecologia e de obstetrícia;
- Direito à Amamentação Digna: incentivar e fiscalizar a aplicação da Portaria 193 do Ministério da Saúde, que prevê salas de amamentação nas empresas e nos espaços públicos;
- Programa de Creche e Pré-Escola: garantir o direito das mulheres entrarem no mercado de trabalho, com oferta de vagas em creches espalhadas



pelos territórios do município, funcionando em turno integral em 12 meses ao ano;

- Gênero na Escola: incentivar o debate de gênero nas escolas municipais, afirmando a necessidade do currículo escolar trabalhar a condição da mulher e a questão da diversidade sexual;
- Campanha Municipal de Combate à Violência: promover o Mês de Combate à Violência Contra a Mulher, com produção de material informativo, educativo e de comunicação que enfrente a cultura machista historicamente dominante na sociedade;
- Fortalecer o CRAM: ampliar a equipe técnica por meio de concurso público, reestruturar o equipamento físico e estimular a realização de estudos;
- Apoiar Projetos de Empreendedoras e Cooperativismo Protagonizados por Mulheres: garantir melhores condições de geração de trabalho e de renda para as mulheres, com linhas de crédito e apoio técnico diferenciado;
- Casa Abrigo: criar espaço especial para abrigar mulheres vítimas de violência doméstica;
- Cota Feminina na Gestão Municipal: garantir reserva de 50% das vagas das secretarias municipais para mulheres

**- Étnico-racial (negros e índios): garantir o direito à diferença e a terra**

Porto Seguro foi o primeiro palco da conquista e colonização portuguesa. Aqui, inaugurou-se a expropriação territorial, a exploração econômica, a exclusão social e a opressão cultural contra índios e negros. Passados mais de 500 anos, as populações indígenas e negras continuam vivendo as conseqüências desse violento processo histórico, constituindo-se nos segmentos que apresentam maior vulnerabilidade e risco social na cidade. Sendo assim, a construção de uma Cidade de Direitos passa, necessariamente, pela promoção de políticas de reparação que combatam a discriminação racial e a desigualdade social e econômica existentes.

- Fortalecer os Territórios dos Índios e dos Negros: reconhecer e apoiar os territórios tradicionais, contribuindo com e para a demarcação das terras indígenas e dos espaços sagrados de matriz africana, além de incentivar e financiar projetos de etnodesenvolvimento;

- Promover a História de Índios e Negros na Cidade: fomentar e disseminar estudos sobre a história das populações indígenas e negras na formação da cidade, contribuindo com a implantação das leis 10.639/03 e 11.645/08.
- Observatório Antirracismo de Porto Seguro: criar um fórum para monitorar casos de racismo na cidade, bem como para fomentar políticas públicas de combate ao preconceito, a discriminação e o racismo;
- Secretaria da Promoção da Igualdade e da Diversidade: criar uma secretaria municipal para promover políticas públicas de combate ao machismo, à lgbtfobia, ao racismo, bem como de valorização da diversidade étnica, cultural, religiosa, geracional e sexual;
- Programa de Educação Antirracista: criar um grande programa nas escolas para combater todas as formas de racismo na cidade;
- Fortalecimento e Autonomia da Secretaria de Assuntos Indígenas: garantir autonomia política, financeira e institucional da secretaria que trata das políticas indígenas e indigenistas na cidade.

- LGBTQIA+: garantir o direito à diversidade e políticas públicas para a população LGBTQIA+

O Brasil é o país que mais mata LGBTQIA+ no mundo. É no cotidiano das cidades que a população LGBTQIA+ sofre com insultos, piadas, discriminações e agressões físicas. Essas violências acontecem nas escolas, nas ruas, nas praças e nos locais de trabalho. Em Porto Seguro, o poder público municipal nega à população LGBTQIA+ o direito de viver uma cidade acolhedora e segura, pois os últimos governos negligenciaram a formulação e a implantação de políticas públicas concretas de combate à lgbtfobia. Ao defendermos uma Cidade de Direitos, confirmamos nosso compromisso de promover o acolhimento e o respeito à diversidade.

- Programa Municipal de Combate a Violência e a Discriminação contra LGBTQIA+: criar programa para realizar campanhas, estudos e movimentos que enfrentem as violações dos direitos de LGBTQIA+;

- Promover os direitos LGBTQIA+ e o acesso igualitário da população LGBTQIA+ à administração pública: desenvolver políticas públicas para o combate às práticas lesbo/homo/bi/transfóbicas, à violência lesbo/homo/bi/transfóbica e a todas as formas de discriminação contra a população LGBTQIA+;
- Programa Cidadania LGBTQIA+: criar um programa para garantir os direitos à população LGBTQIA+, com ações específicas e especializadas na área da educação, da saúde, da cultura e da economia;
- Centro de Referência LGBTQIA+: espaço para assistência médica e psicológica à população LGBTQIA+, inclusive às vítimas de homofobia;
- Acesso à transexualização: ampliação da oferta gratuita de procedimentos de transexualização pelo SUS, garantindo o acompanhamento multiprofissional necessário;
- Cultura LGBTQIA+: valorização da cultura e memória LGBT em nossa cidade, com  
Publicação de editais que visem promover e divulgar manifestações artísticas em prol da Diversidade Sexual;
- Conselho Municipal da Cidadania LGBTQIA+: criar um conselho que fomenta a implantação de políticas públicas para LGBTQIA+no município;
- Nome Social: tornar obrigatório, conforme legislação federal, o uso do nome social de travestis e transexuais por parte dos serviços públicos e autarquias municipais que as atendem cotidianamente.

**- Habitação: garantir o direito a moradia digna**

Porto Seguro é marcada por uma grande segregação espacial e por fortes desigualdades sociais. Os últimos governos têm destinado as áreas nobres da cidade para a especulação imobiliária e para os grandes negócios do turismo, empurrando a população pobre para as periferias da cidade, que cresceram alarmantemente nas últimas décadas. E as periferias se transformaram nos espaços de maior ausência do poder público, convivendo com a falta de assistência social, acesso à saúde e a educação. O déficit habitacional em

Porto Seguro é de mais de 10 mil moradias e existem pelo menos 30 áreas que apresentam condições de habitação totalmente impróprias na cidade. A prefeitura é ineficiente e omissa. Os projetos habitacionais criados na cidade, por exemplo, todos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, embora tenha colaborado com a diminuição do déficit habitacional, não se preocupou em garantir os direitos fundamentais para a população beneficiada, como saúde, educação, transporte, lazer e limpeza urbana. Uma Cidade de Direitos é uma cidade que coloca a habitação como uma prioridade, implementando a regularização fundiária, a realizando a reforma urbana e promovendo o direito à cidade.

- Mais Casas Populares: criar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, além de articular com o governo federal mais unidades do Programa Minha Casa Minha Vida, pactuando um modelo de conjunto habitacional sustentável e digno para as pessoas;
- Viver Bem: criar um programa de gestão comunitária dos conjuntos habitacionais, garantindo serviços públicos essenciais, políticas de geração de trabalho e renda e equipamentos públicos comunitários;
- Geração de Trabalho e Renda: estimular e assessorar a criação de cooperativas com os moradores dos conjuntos habitacionais, com linha de crédito especial, especialmente na área de artesanato, costura e reciclagem

**- *Segurança pública: fortalecer o estado, reduzir os danos***

Porto Seguro vive atualmente uma verdadeira guerra urbana. A violência se espalha por todos os cantos da cidade, o aumento de homicídios, de roubos e de furtos tem gerado um estado de total insegurança. E, lamentavelmente, quem mais sofre com essa situação é a população pobre das periferias, que convive com o descaso governamental e o extermínio da juventude negra. O governo municipal tem a responsabilidade na segurança pública da cidade e pode contribuir com a redução dos índices de violência. Os últimos governos, no entanto, tiveram como marca, nessa área, a falta de planejamento concreto na prevenção, a ausência de diálogo com as comunidades e os órgãos de segurança, a pouca integração das inteligências (universidades, ONGs, lideranças comunitárias) e o descompromisso na oferta de serviços públicos

essenciais, como educação, esporte e lazer para a população. Uma cidade segura é uma cidade em que o estado se faz presente garantindo à população os direitos individuais e coletivos que asseguram uma vida digna, justa e feliz. Com pequenas ações, a prefeitura pode contribuir com e para a redução da violência.

- Secretaria Municipal de Segurança Pública e Direitos Humanos: criar e fortalecer a secretaria, com o objetivo de planejar e executar, fiscalizar e monitorar as ações integradas de segurança pública no município;
- Plano Municipal de Segurança Cidadã: criar um plano para contemplar a planificação, a tomada de decisões sobre alternativas e a delimitação de prioridades, além de metas de impacto a curto, médio e longo prazos
- Guarda Municipal Cidadã: regulamentar, ampliar, qualificar e equipar, com armas não letais, transformando a corporação numa entidade líder nas políticas de prevenção e preservação;
- Gabinete de Gestão Integrada Municipal: criar, regulamentar e fortalecer o encontro permanente dos comandos da Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Prefeitura e Lideranças Comunitárias para gerir, monitorar e estudar a política de segurança no município;
- Programa de Prevenção Territorial: ampliar o número de câmeras de videomonitoramento para prevenir e combater a violência;
- Observatório Municipal da Violência: Construir mecanismos de monitoramento e de produção de indicadores, em parceria com universidades, ONGs e movimentos sociais, que possam subsidiar políticas de prevenção da violência, sobretudo de homicídios, considerando as especificidades de cada localidade, assim como a democratização do acesso a esses indicadores;
- Ação Intersetoral: ampliar as políticas públicas de juventude, de cultura, de esporte e de lazer nos territórios que apresentam maior incidência de violência.

**- Espaços Públicos: democratizar o uso da cidade**

Não existe cidade democrática sem espaços públicos. A vida da cidade se manifesta em sua totalidade nas ruas, avenidas, praças e parques. São nesses

espaços que as pessoas estabelecem suas relações sociais de trabalho, de cultura e de lazer. E também é nesses espaços que a população faz a cidadania acontecer, lutando por direitos e por uma cidade mais justa. Infelizmente, os últimos governos têm negado à população o direito de possuir espaços públicos equipados, diversificados e saudáveis. As nossas praças estão abandonadas, a nossa imensa orla está subaproveitada e não possuímos sequer um parque municipal. A prefeitura precisa garantir espaços públicos para seu povo!

- Plano Municipal de Parques: formular democraticamente políticas para a criação ou implantação do Parque Ecológico da Barragem, do Parque Central do Arraial e do Parque Cultural do Baianão;
- Superintendência de Praças e Parques: criar um setor com atribuições e recursos que garantam a manutenção e preservação dos equipamentos públicos;
- Programa de Ocupação Estimulada dos Espaços Públicos: promover eventos periódicos nas praças e ruas, juntamente com órgãos, movimentos e instituições da sociedade civil, garantindo a apropriação da cidade por seu povo, como Praça Viva, Domingo na Rua e Feira Criativa;
- Plano de Revitalização Sustentável e Culturalmente Referenciado: propor estudos, concursos públicos e consultas populares para reurbanização de espaços públicos importantes da cidade, como a Passarela do Álcool, Cidade Histórica, Portal da Cidade, Orla Norte, entre outros.

#### ***- Acessibilidade: o direito da livre e irrestrita circulação***

Andar pelas ruas de Porto Seguro não é tarefa fácil. A cidade não foi planejada para garantir a livre e irrestrita circulação dos seus cidadãos, considerando suas particularidades e respeitando suas limitações. Calçadas irregulares, barreiras físicas, ausência de sinalização e falta de rampas são alguns dos obstáculos que impedem o direito à cidade para idosos e pessoas com deficiência. Os últimos governos negaram a essa população o direito básico de ir e vir no lugar onde vivem. Por isso, propomos a construção de uma cidade que assuma o compromisso de ser acolhedora das diferenças, acessível a todos os cidadãos e verdadeiramente democrática.

- Plano Diretor de Acessibilidade: propor a formulação de um planejamento da acessibilidade na cidade;
- Acesso Garantido aos/nos Órgãos Municipais: garantir acessibilidade física em todos os órgãos públicos municipais;
- Escola Acessível: Avançar em políticas que garantam a permanência na escola de pessoas com deficiência, na qualidade de educação e na preparação para os outros níveis de ensino e inclusão profissional;
- Transporte Acessível: obrigar as empresas do transporte público a garantirem a acessibilidade total e irrestrita para idosos e pessoas com deficiência.

**- *Direitos dos Animais: repensar o lugar dos bichos na cidade***

Uma cidade de direitos precisa ter políticas públicas voltadas para os animais. Cuidar bem dos animais é um sinal de respeito à natureza e, também, uma questão de saúde pública. Lamentavelmente, os últimos governos têm tratado essa área com omissão e descaso. Na atual gestão, por exemplo, nem mesmo a instalação e a estruturação do Centro de Zoonoses foi priorizada, embora uma verba de quase 200 mil reais tenha sido liberada para este fim. Para superar esse estado geral de maus tratos, reconhecemos a importância da legitimidade dos direitos dos animais, a necessidade de alocação de recursos para ações imediatas e envolvimento da sociedade civil na resolução dos problemas existentes.

- Centro de Zoonoses: implantar, estruturar e garantir pleno funcionamento;
- Combate ao Abandono de Animais: propor legislação mais rigorosa para as pessoas que abandonam os animais;
- Combate ao Comércio Ilegal e Maus Tratos: fortalecer as ações de fiscalização da comercialização de animais silvestres e de atos de violência contra animais;
- Política de Controle Populacional: propor a implantação de um Castra-Móvel, que atue sem viés higienista e mantendo condições de vida adequadas dos animais;

- Conselho Municipal de Direitos dos Animais: criar conselho para elaborar políticas públicas específicas;
- Hospital Veterinário: propor a criação de um serviço médico veterinário público e gratuito.



### **III – Cidade Sustentável**

#### ***- Trabalho: gerar mais renda mudando o modelo econômico***

Um governo democrático e popular deve desenvolver políticas que favoreçam a democratização da cidade também no campo econômico. Sabemos que o município não é o grande indutor da economia, mas acreditamos que a prefeitura deve produzir instrumentos que possibilitem a criação de um ambiente econômico saudável e democrático, voltado ao apoio a determinadas atividades, investimentos e geração de emprego e renda. Com isso, estamos afirmando nosso compromisso de fazer do poder público municipal um agente fomentador de políticas econômicas que assegurem a diminuição das desigualdades sociais existentes e garantam a melhoria da vida das pessoas. Para tanto, propomos a revisão do modelo de desenvolvimento da cidade pautado no monopólio do mercado local, na matriz econômica homogênea e na subordinação das políticas econômicas aos interesses dos grandes grupos econômicos dominantes. Ao mesmo tempo, defendemos um novo modelo econômico que assegure a diversificação das atividades econômicas, promova a economia solidária, invista nas micro e pequenas empresas e estimule o associativismo e o cooperativismo.

- Banco do Povo de Porto Seguro: inspirado em experiências exitosas de Belém e Porto Alegre, criar uma política de acesso ao crédito para que empreendedores populares possam desenvolver seus pequenos negócios, gerando trabalho e renda.
- Incentivar o desenvolvimento integral das pessoas e das comunidades: Criação de incubadoras de empreendimentos sociais com potencial de geração de trabalho e renda para a população, com acompanhamento técnico e apoio institucional do município.
- Feira Popular de Economia Solidária e Associativismo de Porto Seguro: Espaço para exposição e venda dos produtos locais, que deverá ocorrer mensalmente, com atrações artísticas e culturais que ocorram simultaneamente, para estimular a produção e o fortalecimento da Economia Solidária.

### **- Turismo: democratizar e diversificar o turismo**

A indústria do turismo tem um papel central na economia da cidade. Porto Seguro tem sua imagem atrelada à atividade turística e milhares de famílias vivem direta ou indiretamente dos serviços vinculados ao turismo. No entanto, o modelo de turismo desenvolvido na cidade tem se caracterizado por ser predatório e excludente, pois não garante a democratização da riqueza, não respeita o meio ambiente e não possibilita a valorização da cultura de nosso povo. A subserviência do poder público municipal aos grandes operadores do turismo e aos grandes empresários do setor inviabilizou a formulação de uma política que estimulasse novas cadeias produtivas, novos atrativos turísticos, novas modalidades de turismo e novos atores sociais na divulgação, organização, produção e comercialização do mercado local. É preciso mudar a lógica do turismo em Porto Seguro. O primeiro passo é democratizar a atividade turística, estimulando a participação qualificada e direta da população local. Outro passo importante é diversificar a pauta do turismo, explorando outros potenciais do município (religioso, esportivo, acadêmico, rural, étnico, ambiental, etc) e superando a lógica do monopólio do “sol e praia” e dos “grandes eventos”. Por fim, é necessário destacar que, mais que uma atividade econômica, o turismo é uma grande oportunidade de encontro de cultura, saberes e história, sendo fundamental estimular o turismo comunitário e de experiência. Assim, a cidade do turismo consegue conviver de forma integrada e justa com a cidade de direitos.

- Diversificação do Modelo Turístico: estimular, assessorar e fomentar novas modalidades de turismo na cidade, aproveitando as potencialidades ambientais, étnicas, esportivas, etc.
- Capacidade de carga dos Distritos: compreender a capacidade de carga que os diferentes distritos possuem para melhor adequar a quantidade de turistas recebidos em cada um destes locais, preservando assim o meio ambiente, a cultura e a população local.
- Fortalecimento do Conselho de Turismo: propor reestruturação do conselho, possibilitando a criação de conselhos distritais que assegurem a participação das comunidades na formulação e implementação da política pública de turismo.

**- Pesca, Agricultura e Artesanato: valorizar a tradição, ampliar as oportunidades**

A cidade de Porto Seguro precisa fortalecer as atividades econômicas que alicerçaram a sua história e que possibilitaram o aproveitamento sustentável de sua vocação natural e cultural. Há algumas décadas, a pesca, a agricultura familiar e o artesanato constituíam a base da economia local. Gerando trabalho e renda, essas atividades ainda produziam um conjunto de saberes, tecnologias e tradições culturais que marcavam a vida da cidade. Com o crescimento desordenado e o desprezo dos governos municipais para com este modelo econômico, essas atividades foram perdendo espaço para a pesca industrial de exportação, para o agronegócio da monocultura e da concentração fundiária e para o industriário artificial e desconectado com nossa história. Esse modelo econômico dominante não gera renda, não possibilita a inclusão e não valoriza a cultura local. Democratizar a economia é uma medida necessária para construir uma Cidade de Direitos. E Porto Seguro precisa redefinir sua matriz produtiva, diversificando as atividades econômicas, fomentando novas cadeias produtivas, combatendo os vetores de exclusão e resgatando a cultura da terra.

- Programa Cidade Abastecida: fortalecer as articulações para comercialização da produção rural do município, tendo em vista o abastecimento alimentar da população, as aquisições institucionais para a alimentação escolar por meio de gestão direta do governo municipal e para ampliação dos pontos de vendas de produtos de qualidade em mercados municipais e em bairros da periferia (sacolões, varejões, outros);
- Reconhecimento da comunidade Tradicional dos Pescadores de Porto Seguro, atualmente situada na região da Casa da Lenha. A partir deste reconhecimento, estabelecer políticas públicas no escopo do Decreto nº6040 que assegurem todos os direitos sociais previstos a comunidades tradicionais como direito ao território, preservação do meio ambiente e hábitos culturais e qualificações técnicas e profissionais.
- Limite à Monocultura: estabelecer limites à implantação de monoculturas que possam ocupar as áreas destinadas à produção diversificada de alimentos

ou de monoculturas predatórias aos recursos naturais e ao meio ambiente, que, além de promoverem o desemprego, são responsáveis pelo trabalho precário e pelo êxodo rural;

- **Incentivar a agricultura urbana:** com base na agroecologia e na permacultura — cultura da permanência (defendemos a agroecologia a partir de princípios que a caracterizam como ciência).
- Mercado Municipal de Artesanato: criar um espaço específico para comercialização do artesanato produzido na cidade
- Regulamentar Uso de Agrotóxico: estabelecer uma política de maior controle e de redução do uso do agrotóxico, estimulando a produção agroecológica.

**- Comércio e serviços: fomentar o mercado, promover geração de renda**

Porto Seguro se transformou numa grande praça comercial. Bares, restaurantes, hotéis e barracas de praias aquecem a economia local, gerando trabalho e renda para milhares de pessoas. Para além das atividades relacionadas ao turismo, a cidade ainda possui um vasto rol de comércio e serviços ligados à confecção, alimentos, veículos, entretenimento, etc. De acordo com o IBGE, este é o setor mais dinâmico da economia municipal, espalhando-se por todos os bairros, distritos e povoados, com diferentes modalidades, dimensões e organizações. O poder público precisa atuar na promoção e democratização dessa atividade econômica, subsidiando sua dinamização, garantindo melhores condições de trabalho aos trabalhadores, regulamentando o mercado informal, fomentando investimentos para micro e pequenos empreendedores e criando espaços amplos e descentralizados de comercialização.

- Aquecimento do Comércio Local: fomentar, por meio da isenção temporária de impostos, a criação da Semana de Liquidação de Porto Seguro;
- Programa Qualifica Ambulante: criar um programa permanente de cadastro, monitoramento e qualificação dos trabalhadores ambulantes das praias;

- Mais Qualificação no Trabalho: fortalecer a Casa do Trabalhador, ampliando a oferta de cursos, costurando mais parcerias institucionais e realizando cursos itinerantes;
- Regularização de comércios informais: fomentar a regularização dos comércios para que os empresários possam ter o devido acesso ao crédito, a melhor organização do seu negócio e a prefeitura consiga compreender as demandas comerciais de fato.

***- Meio Ambiente: construindo o direito a vida sustentável***

Porto Seguro de hoje remonta a uma pequena aldeia de pescadores, no passado, a população local conseguia conviver harmonicamente com os recursos naturais disponíveis, fazendo uso de um conjunto de saberes e tecnologias tradicionais que garantiam a apropriação sustentável dos manguezais, lagoas, recifes, rios, matas e restingas. O crescimento desordenado da cidade devastou a paisagem natural urbana, apagando parte da memória do surgimento da cidade e roubando das novas gerações melhores condições ambientais. Por causa da omissão e de políticas irresponsáveis dos últimos governos, a cidade vive atualmente uma verdadeira crise ambiental, com esgotamento dos recursos hídricos, falência do modelo de gestão dos resíduos sólidos, desmatamento acelerado da mata original e ampliação assustadora da poluição. Na atual gestão, esse modelo chegou ao ponto mais elevado com a irresponsável e eleitoreira política de asfaltamento de inúmeras ruas, sem estudo do impacto das obras e das retiradas das árvores provocando o aquecimento da cidade, sem prévia revisão e universalização do sistema de saneamento básico e sem um aprofundamento da discussão do Plano Diretor Urbano. Um novo modelo de cidade precisa ser pensado e formulado para Porto Seguro, de forma democrática e popular, garantindo a sustentabilidade e o direito da população de viver com dignidade e justiça social.

- **Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental:** criar secretaria visando a elaboração e o acompanhamento de projetos, integrados às diretrizes do planejamento urbano e territorial

- **Educação Ambiental Crítica:** criar um programa permanente de educação ambiental crítica no município, organizando, mobilizando e informando a população acerca da necessidade da construção coletiva de ações educadoras para reconhecimento das problemáticas socioambientais locais e da preservação, conservação e uso sustentável do patrimônio natural da cidade;
- **Sistema de Informações Ambientais:** inserir o município em Redes de Informação que propiciem a troca de experiências para a gestão ambiental, garantindo a democratização das informações ambientais, como um dos objetivos fundamentais da Educação Ambiental.
- **Plano de Recuperação dos Rios:** formular, com técnicos e movimento ambientalista, um plano emergencial para despoluir e recuperar os rios da cidade;
- **Plano Municipal para Enfrentamento das Mudanças Climáticas:** orientar as políticas públicas ambientais para a redução da emissão desses gases, buscando desenvolver e apoiar novas tecnologias limpas e neutralizadoras de carbono;
- **Segurança hídrica:** programa de caixas d'água, cisternas e mini cisternas para segurança hídrica residencial; captação, armazenamento e distribuição de água da chuva em domicílios populares e prédios públicos
- **Saneamento Básico 100%:** rever o sistema de saneamento básico instalado na cidade e estender o serviço para todo município;
- **Coleta Seletiva:** iniciar a implantação progressiva da coleta seletiva, promovendo grande campanha de informação e de educação na cidade, bem como normatizando os entes públicos a implantarem a coleta seletiva;
- **Política Municipal de Saúde Ambiental:** a ser construída de forma democrática, participativa e transversal, a partir de um amplo diagnóstico das diferentes territorialidades e da situação dos determinantes e condicionantes da saúde, na perspectiva da precaução, da promoção da saúde e da justiça ambiental;
- **Descentralizar a gestão dos resíduos sólidos:** estimular a instalação residencial e empresarial de miniusinas de compostagens, com dedução fiscal;

- **Energia Limpa nas Escolas:** Instalar kits solares nas escolas para a produção de energia para estes equipamentos e para irrigação via bombeamento (solar) para a produção agroecológica de alimentos em hortas mandalas (atividade pedagógica e produtiva) e/ou produção de plantas fitoterápicas;
- **Adotar uma política mais rigorosa de licenciamento ambiental:** com a garantia da mais ampla participação popular, seja pelo funcionamento efetivo do Conselho Municipal do Meio Ambiente seja pela realização de audiências públicas antes da concessão das licenças, voltando a receita para a promoção da qualidade de vida e da superação das desigualdades socioambientais;
- **Consolidar as Unidades de Conservação:** garantir condições satisfatórias para gestão socioambiental, monitoramento e promoção, assegurando qualidade e infraestrutura adequadas ao usufruto por parte da população, conforme sua categoria dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
- Implementar o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro: garantir cumprimento das normas, serviços e metas estabelecidas.
- **Revitalizar a orla marítima:** dotando-a de equipamentos públicos e saneamento básico, garantindo o livre acesso à faixa de praia, a partir de análise jurídica e da demanda da população diante do mapeamento das atuais servidões existentes, incentivando a manutenção das restingas e regulação da iluminação pública ou de iniciativas privadas e residências de modo a não interferir nas desovas de tartarugas marinhas;
- Incentivar a proteção e promoção das praias: desenvolver em projetos educacionais na rede pública de ensino sob a perspectiva da pesquisa cidadã para cuidar das praias;
- Museu Ambiental de Porto Seguro: criar um museu que valorize e promova o patrimônio ambiental da cidade;
- Limpeza de praias, rios e lagoas: incluir estas áreas nos serviços de limpeza urbana permanente, seguindo critérios técnicos e sustentáveis;
- **Política municipal para uso da água:** propor um marco legal e serviços considerando o consumo, a drenagem urbana e a preservação de mananciais;

- **Programa Cidade Verde:** Implementar uma política de arborização urbana planejada, valorizando as espécies nativas e promovendo a construção de canteiros em ruas, avenidas, jardins, estabelecimentos públicos etc. visando conectividade que promova proteção e fluxo ambiental integrado a vida cultural e social, bem como a reforma e renovação de praças que construam uma cultura de incentivo à produção científica, artística e cultural, com infraestrutura, recursos e pessoal qualificado para o desenvolvimento de trilhas ecológicas e educativas que incentivem a interação com a natureza.
- **Estabelecer regras mais rígidas para autorização de supressão de vegetação:** em imóveis particulares e em áreas públicas, em razão de intervenções urbanísticas, visando a conectividade socioambiental prevista no Programa Cidade Verde, o qual também deverá trazer regramento e técnica sobre poda de árvores;
- **Selo Árvore Notável:** instituir o tombamento de árvores que são de grande porte e beleza e que constituem um patrimônio natural e cultural de Porto Seguro;
- **Aterro Sanitário de Verdade:** rever o projeto de aterro sanitário da cidade, atendendo às exigências legais e atentando às características da economia local e aos aspectos ambientais do município;
- **Coleta Coletiva e Criativa:** estimular a criação de cooperativas de catadores de material reciclável e fomentar a criação de uma usina de reciclagem;
- **Revisão da coleta do lixo em áreas remotas:** revisão para atendimento a maneira ecológica correta para o devido recolhimento do lixo em áreas afastadas do perímetro urbano.

***- Transportes e mobilidade urbana: democratizar o ir e vir na cidade***

A modalidade urbana enfrenta uma profunda crise em Porto Seguro. A política municipal de transporte privilegia o deslocamento individual e se organiza a partir dos interesses dos empresários do setor. A consequência dessa ingerência é o crescente número de carros em circulação na cidade, causando



engarrafamentos, congestionamentos e grande poluição, bem como um sistema de transporte coletivo injusto, insuficiente e ineficiente. As altas tarifas, a precariedade da frota de ônibus, a reduzida quantidade, extensão e regularidade das linhas e os ataques constantes aos direitos dos trabalhadores do transporte são dados que evidenciam a necessidade imediata de revisão das condições de concessão do contrato de transporte coletivo na cidade. O colapso desse sistema atingiu o ponto mais alto com a proliferação do chamado “transporte alternativo”, consequência viva da ineficiência da política municipal de transporte e da demagogia da atual gestão, que se esquivou de enfrentar os interesses dos grandes empresários de ônibus e não pautou a regulamentação do serviço complementar de forma coerente, democrática e justa. A superação dessa crise passa pela defesa da mobilidade urbana enquanto direito, propondo a construção de um novo sistema municipal de transporte pautado nas demandas reais do nosso povo, na garantia de trabalho para taxistas, na definição de critérios que torne o “transporte alternativo” um modal integrante do sistema de transporte coletivo, na preservação dos direitos trabalhistas de cobradores e motoristas das empresas concessionárias e na diversificação das modalidades de transporte.

- Rede Cicloviária Municipal: criar um sistema integrado por ciclovias, ciclofaixas e bicicletários que garanta mais mobilidade para a população, trazendo diminuição da poluição e barateamento do custo geral do transporte, acompanhado de grande campanha de trânsito para incentivar o uso de bicicletas, garantir segurança aos ciclistas e ordenar melhor o trânsito;
- Congelamento das Tarifas: suspender qualquer reajuste das tarifas até que se realize uma auditoria externa dos contratos de concessão e dos três últimos aumentos, avaliando com transparência e legalidade a tabela de preços;
- Tarifa Zero nos Domingos e Feriados: garantir o direito da população de viver a cidade nos dias de lazer e folga;
- Fundo Municipal do Passe Livre: destinar 40% do valor arrecadado com multas de trânsito para subsidiar a implantação do Passe Livre para os estudantes;

- Garantir o Direito dos Idosos: fiscalizar e punir as empresas concessionárias que não cumprem o direito dos idosos de uso gratuito do sistema de transporte a partir de 60 anos, com a realização de campanha pública de promoção dos direitos dos idosos;
- Trabalho Seguro e garantia de direitos: fiscalizar e punir as empresas concessionárias que não respeitam os direitos de motoristas e cobradores, combatendo o excesso de horas extras, os descontos salariais ilegais e injustos, a acumulação de atividades etc.;
- Agentes de Trânsito Fortalecidos: regulamentar, qualificar e equipar os agentes de trânsito, criando uma superintendência de trânsito, realizando concurso público, integrando engenheiros de tráfego na equipe e elaborando plano de carreira.

***- Planejamento e ordenamento urbano: realizar uma reforma urbana democrática e popular***

Nos últimos anos, Porto Seguro vivenciou um crescimento desordenado, degradante e excludente. O poder público municipal acompanhou a explosão demográfica e a expansão da ocupação urbana com uma política de omissão, de atendimento aos interesses dos grandes investidores imobiliários e de submissão à lógica do mercado que despreza a vida das pessoas. Assumimos o desafio de realizar uma reforma urbana que diminua as desigualdades sociais e espaciais existentes, que reduza os impactos ambientais e que garanta o direito à cidade para todos. Para tanto, defendemos um tipo de planejamento que valoriza as características históricas, culturais e ambientais de nosso município, que promova o empoderamento da população na definição dos destinos da cidade e que se baseia em conhecimentos e tecnologias sociais atualizadas e sustentáveis capazes de colaborar com e para a projeção e o monitoramento do espaço urbano. Desta forma, propomos um grande movimento de mobilização da sociedade para debater os principais problemas e formular o modelo futuro de cidade que queremos, dando um basta a este modelo de governar a cidade com irresponsabilidade, omissão e subserviência.

- Reestruturação da Secretaria Municipal de Planejamento (SePlan), com atribuições de produção e disseminação de dados, organização dos processos

de participação pública, planejamento setorial e territorial, urbano e ambiental, com estrutura diretamente integrada às demais secretarias;

- Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano com vistas a financiar projetos de requalificação de áreas degradadas, aquisição de áreas para implantação de equipamentos públicos, reforma e manutenção de mobiliário urbano entre outras funções;
- Revisão Democrática e Participativa do Plano Diretor: priorizar a revisão do plano diretor através de um grande movimento de discussão sobre o direito à cidade;
- Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano: financiar projetos de requalificação de áreas degradadas, aquisição de áreas para instalação de equipamentos públicos, reforma e manutenção do espaço urbano;
- Fiscalização do Desenvolvimento Urbano: implantar um setor responsável por controlar e fiscalizar a expansão desordenada, evitando a degradação de áreas de preservação e a ampliação das desigualdades;
- Fortalecer a Defesa Civil: ampliar o quadro técnico por meio de concurso, criar parcerias com instituições de pesquisa e garantir apoio material e humano.

A questão fundiária: reparação no campo e na cidade

O espaço da cidade é formado a partir da gestão do uso, da ocupação e parcelamento do solo. Esta organização, no entanto, não é pacífica. Ela está carregada de conflitos e, na sociedade capitalista, prevalece o interesse no lucro em detrimento do direito geral à vida digna. Aqui em Porto Seguro, desde o início da colonização, a violência, a ganância e a exclusão marcaram a gestão do solo. Assim, a cidade foi se formando com a expropriação territorial dos povos indígenas, com a concentração de terras nas mãos de poucos e, mais recentemente, com a lógica da especulação imobiliária. O resultado deste processo é que Porto Seguro convive diariamente com ocupações no campo e na cidade que expressam a resistência e a demanda da população por moradia, produção e vida digna. Acreditamos que é atribuição fundamental da administração pública assegurar a função do interesse público no uso, na

ocupação e no parcelamento do solo, evitando que o espaço da cidade seja apropriado apenas para o lucro.

- Plano de Regularização Fundiária: revisar a política municipal de uso e ocupação do solo, para garantir o direito à cidade e o papel social da propriedade;
- Regularizar terras de terreiros
- Justiça Fiscal: revisar da tabela IPTU para implantar o imposto progressivo justo;
- Revisão do Inventário Público Municipal, com objetivo de mapear as áreas públicas da cidade para planejar a política urbana e a política de habitação;